



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

PARECER JURÍDICO/DICOM/PMI
PROCESSO LICITATÓRIO PP:005/2022
CONTRATO: 20220152
ASSUNTO: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO E CONTA PARA PAGTO.
CONTRATADA: F A SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI

Trata-se, o presente, de procedimento de PP sob o nº 005/2022 que culminou na contratação da empresa citada ao norte.

Consoante Memo. Nº 082/2022 foi solicitado confecção de Termo Aditivo de alteração de endereço e conta bancária para pagamento da empresa contratada.

Nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei de Licitações, veio o procedimento, para emissão de parecer prévio.

Ressalte-se, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público - o que já foi externado com a Autorização para Aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

O cerne da questão repousa na possibilidade de realização de um 1º Termo de Aditivo de alteração ao Contrato nº 20220152.

Demonstrada a possibilidade de realização do Termo de Aditivo, passemos, por fim, à análise de regularidade de sua forma, o que se denota da Minuta do 1º Termo de Aditivo que segue o presente.

Satisfeito está o *caput* do artigo 60, da Lei 8.666/93 que dispõe:

“Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".

Ademais, consoante se infere do Art. 61 da Lei Geral de Licitações, todos os requisitos ali mencionados foram satisfeitos: constam expressos os nomes das partes (**Município de Itaituba - Prefeitura Municipal e F A Serviços e Locações Eireli**), consta ainda a finalidade (**realização do 1º Termo de Aditivo**), o ato, que autorizou sua lavratura (**Contrato nº 20220152**), número do processo licitatório (**PP nº 005/2021**) e, finalmente, a sujeição à Lei e as cláusulas contratuais.

Isto posto considerando a documentação e justificativa apresentada e os preceitos legais relativos à questão constata-se a possibilidade de realização do 1º Termo de Aditivo ao Contrato em epígrafe.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Salvo melhor juízo, e como entendemos.

ITAITUBA - PA, 18 de maio de 2022.

Atemistokhles A. de Sousa - OAB/PA nº 9.964